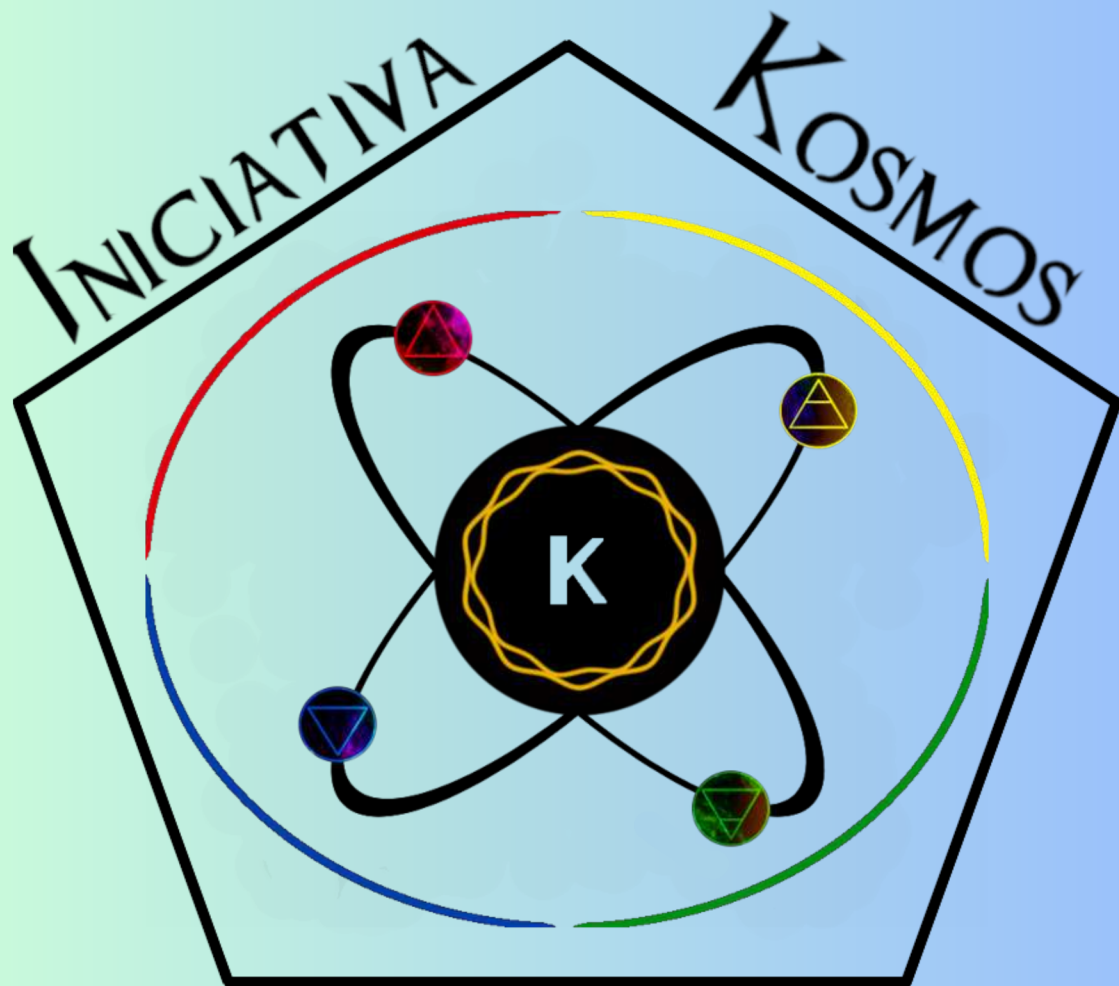




GUTTAE SAPIENTIAE III

Espiritualidade e Religião

Uma Perspectiva Crítica

prem ganapati



Iniciativa Kosmos

Instituto de Ciências Integrativas



GUTTAE SAPIENTIAE

Espiritualidade & Religião

Iniciativa Kosmos

COPYRIGHT 2024 – Prem Ganapati ©

Este material é protegido pelas Leis de Direitos Autorais vigentes no Brasil – Lei nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998. Este Livreto (E-book) é propriedade da *Iniciativa Kosmos* e NÃO pode ser vendido, negociado, distribuído e/ou reproduzido sob nenhum formato, impresso ou eletrônico salvo autorização expressa do detentor dos direitos autorais. Este conteúdo poderá ser citado em qualquer trabalho, desde que sua autoria seja devidamente explicitada.

Guttae Sapientiae III

Espiritualidade e Religião – Uma Perspectiva Crítica

Proêmio

Vivemos tempos conturbados de profundas mudanças sociais, econômicas e filosóficas, além das complicações que nossa espécie vem causando na “mecânica” climática global, em razão de um jogo de poderosos interesses financeiros que se entrelaçam no tabuleiro político, primeiro impondo um total “desmonte” do Estado, alegando que sofre de ‘elefantíase’, devendo tornar-se um Estado Mínimo. Contudo, o que assistimos é a uma parcela cada vez maior das classes trabalhadoras pagando pesados impostos que se prestam a outros propósitos que não os serviços básicos, naturais e necessários ao bem-estar da população: saúde, educação, alimentação, moradia, infraestrutura urbana de qualidade, etc.. Embora já se fale, ainda que incipientemente, que a pequena classe abastada (conhecida com burguesia ou ‘élites’) deva pagar impostos que normalmente não paga, ou por isenções e regalias, ou por manobras contábeis, tal classe não carece de nenhum dos serviços básicos acima citados fornecidos pelo Estado. Aos privilegiados o Estado em nada lhes serve! A não ser quando, em casos pontuais e específicos, o utilizam servilmente para seus interesses privados, em especial sempre de caráter econômico socorrista, ou servilista. Neste caldeirão de lutas sociais e alienação política, a Religião institucionalizada vêm prestando vigoroso auxílio na manutenção da paz, da ordem e da subserviência social, desempenhando importantíssimo papel ao sujeitar parcelas cada vez maiores e mais pauperizadas da população a um “projeto” urgente de submissão as instituições de Estado. Mas, isso não é novidade! Desde que o “mundo tornou-se mundo” a Espiritualidade Humana é vilipendiada por líderes religiosos que se arrogam ao direito inalienável de “autoridades intermediadoras únicas e necessárias” entre o Humano e o Divino, normalmente referendadas pelos Estados, tanto por leis, quanto pela concessão de benesses e privilégios financeiros no formato de isenção de tributos de diversos tipos. Este tem sido o incansável papel da Religião, e que se tornou diametralmente oposta ao verdadeiro conceito busca espiritual. No entremeio destes, em algum momento da história humana, como mediadora da transição entre o Natural (Espiritualidade) e o Cultural (Religião), encontra-se a Religiosidade, uma espécie de “meio-termo darwiniano” que “evolui” a Espiritualidade Humana em Religião organizada, adaptando-a as necessidades de controles e pacificação sociais dos Estados (antigos e modernos).

Neste ponto arguimos: existe diferença adjetiva real entre Espiritualidade e Religião? Ou serão dois conceitos de uma mesma definição: “*a natureza humana na eterna busca pelo divino?*”. Quais os principais pontos de convergência e quais os principais pontos de antagonismo? Este pequeno artigo investigará as possíveis respostas para as questões das diferenças e das semelhanças entre Espiritualidade e Religião, inserindo o conceito medianiz de Religiosidade, e o que isso significa em um contexto de divergência conceitual, com ênfase nas distinções, não sendo do escopo deste questionar a validade, ou mesmo a veracidade, de nenhuma religião específica do passado e nem tampouco do presente. Contudo, poderemos perceber ainda, que nenhuma Religião nunca foi e nem será melhor do que qualquer outra, em virtude da própria estrutura que todas adquiriram ao longo de História: uma Instância Cultural Puramente Humana e, portanto,

1 *Guttae Sapientiae*: Do Latim, “Gotas de Sabedoria”.

materialista com forte viés economicista, em decorrência de ‘necessidades específicas’ tanto das classes abastadas e sua representação política, quanto dos detentores do próprio poder religioso, este último a base fundamental e estrutural necessária para controlar uma sociedade dividida e desigual, fundamentada em classes sociais díspares completamente antagônicas em seus interesses, facilmente distinguíveis entre si pelo viés econômico e pelos padrões de consumo.

Embora não fique evidente às classes desfavorecidas de uma sociedade a necessidade dos Estados controlarem seus cidadãos com ‘punhos de aço em luvas de pelica’, seja através do conjunto de normas jurídicas e dos instrumentos de repressão associados (polícia, exército, etc.), da religião ‘oficializada’, ou quando essas ferramentas claudicam em seu controle, dos extremos da militarização do Estado na ‘institucionalização’ de ditaduras e leis muito mais coercitivas, esse controle se faz necessário aos interesses da classe dominante, em virtude da imensa diferença na distribuição de renda e riquezas, causa do abismo existente entre as classes sociais. Fora tempos de exceção extremos, religião, normatização jurídica e poderosos grupos midiáticos mantêm a ordem institucional através do controle ideológico que exercem.

Esperamos que ao final deste artigo, aqueles que o lerem não percam sua fé. Pelo contrário, renovem suas espiritualidades reencontrando-se com o verdadeiro divino. E para aqueles que ainda se mantiverem ligados a uma religião formal, esperamos que aprendam a distinguir líderes religiosos espúrios que só prestam serviços aos próprios interesses mundanos e egoístas, dos líderes religiosos verdadeiros e honestos que procuram sincera reafirmação de um exercício mais pleno da espiritualidade.

Espiritualidade: A Instância Natural do Humano na busca pelo Divino



A busca pelo transcendente é um atributo inerente e natural ao ser humano, presente em nossos espíritos desde os nossos primeiros ancestrais diretos. Essa conexão expontânea com o divino a qual chamamos espiritualidade, levanta questões fundamentais sobre nossa existência bastante popularizadas pelas assertivas modernas:

- *Quem sou eu?*
- *De onde eu vim?*
- *Para onde vou?*
- *Qual o sentido da vida?*

À medida que a humanidade se organizou em sociedades mais complexas, essa busca interior dá origem à religiosidade, uma forma intermediária entre a espiritualidade pura e religião

institucionalizada. E, finalmente quando esta se sistematiza e se concretiza em instituições organizadas e hierarquizadas, surgem as religiões, que, ao longo da história, tem desempenhado papéis tanto na homogeneização social quanto na manutenção das estruturas de poder político e econômico.

Há um erro hermenêutico no pensamento conceitual humano em se aceitar religião como sinônimo de espiritualidade. Essa confusão, ora acidental, ora intencional, nos remete a questão premente: *Qual a diferença fundamental entre Religião e Espiritualidade?* Para isso precisamos, primeiramente, definir os termos de forma a não restarem dúvidas de definição. Espiritualidade é definida pelos léxicos da seguinte forma: espiritualidade; sf (es·pi·ri·tu·a·li·da·de): Qualidade do que é espiritual; Qualidade do que manifesta ou exerce atividade religiosa ou mística, misticismo, religiosidade; Sentimento de transcendência; elevação, sublimidade².

A espiritualidade é uma dimensão fundamental da existência humana, que emerge com a própria consciência da nossa espécie, podendo ser ‘redefinida’ como: *a instância natural e inerente ao ser humano em sua eterna busca pelo divino*. Desde os nossos primórdios existenciais buscamos compreender nosso lugar no Cosmo e estabelecer uma relação íntima com o transcendente. A espiritualidade é, portanto, um fenômeno universal que extrapola épocas e culturas, manifestando-se na introspecção e na meditação sobre as grandes questões da vida. Essa reflexão, como que enraizada em nossos próprios genes, sobre perguntas profundas como as citadas anteriormente, refletem a espiritualidade como uma necessidade natural e inata manifestando-se livremente sob formas diversas em diferentes contextos históricos e sociais de nossa pré-história. Portanto, como veremos a seguir, a espiritualidade é diferente da religiosidade e da religião, sendo uma experiência direta não mediada por instituições ou doutrinas. Filósofos como *Søren Kierkegaard*³ e *William James*⁴ enfatizaram essa dimensão pessoal da espiritualidade que envolve uma busca sincera, íntima e pessoal pelo significado e propósito da vida.

Será através da reorganização econômica e social que advém da sedentarização humana após a “descoberta” da agricultura, que se redefinirá a espiritualidade, introduzindo uma nova componente sistematizante, antecessora a religião, um meio caminho entre a espiritualidade e a religião: a Religiosidade.

Religiosidade: A Fronteira entre a Espiritualidade e a Religião



² Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/>

³ **Søren Kierkegaard**: Filósofo dinamarquês do século XIX, considerado o pai do existencialismo. Explorou temas como a angústia, liberdade, fé e subjetividade.

⁴ **William James**: Filósofo e psicólogo americano reconhecido como um dos fundadores da psicologia moderna e do pragmatismo. Seu trabalho é uma abordagem pluralista e aberta ao conhecimento.

Iniciando com a definição léxica: *religiosidade*; sf (re·li·gi·o·si·da·de): Estado de ser religioso; Tendência natural para os sentimentos religiosos ou para as coisas sagradas; santidade⁵.

Para fins desse pequeno estudo, a Religiosidade representa uma fronteira entre a Espiritualidade pura e a organização formal desta, a Religião, sendo a manifestação das necessidades espirituais humanas dentro de um novo contexto cultural e social, e que levará à formação de práticas e sistemas comuns, tradições religiosas e organizações sectárias, muitas vezes bastante intolerantes com o diverso. Mas como essa transição entre o puramente espiritual e o materialmente religioso foi possível?

Com o desenvolvimento da agricultura e a subsequente transição gradual das sociedades nômades para sociedades sedentárias, surgem os primórdios das primeiras civilizações estruturadas em um novo modo de produção puramente agrícola, bem distinto dos caçadores e coletores anteriores, o que começou a exigir profunda reestruturação dos vários papéis sociais.

O advento da agricultura e da domesticação de animais, agora não mais pela companhia, mas para a alimentação, redefine os agrupamentos sociais profundamente. Um exército profissional se faz necessário para garantia da segurança social e das riquezas produzidas. E a liderança social baseada no controle pela força física muda de eixo, passando seu foco para o controle político. Com isso, um novo tipo de líder, criado pela necessidade organizacional da divisão do trabalho assume o poder. Essa mudança de paradigma introduz a questão sucessória, não mais fundada no poder de um membro do clã mais forte, mas na descendência parental direta, que se concretiza pela força das armas e se fundamenta na submissão social a um poder ordenador maior: o “divino”. Para isso, além do ‘chefe’ político, urge a invenção de um ‘chefe’ religioso, que seja o porta-voz na intermediação entre o humano, as divindades e suas ‘vontades’. Ainda nesse estágio civilizacional, não há propriamente religiões, mas proto religiões que se configuram mais por um processo intermediário, o qual chamamos neste ensaio de Religiosidade.

Na religiosidade, as experiências espirituais começam a ser compartilhadas e interpretadas coletivamente, dando origem a rituais, símbolos e narrativas comuns, agora mediadas por um “intermediário visionário”, um xamã por exemplo. É uma forma de expressão cultural que permite a construção de uma identidade coletiva e a consolidação de valores e normas sociais. A medida que as sociedades se complexificam, a religiosidade vai se transformando em Religião.

Com o advento de Estados cada vez maiores e mais complexos, as populações são submetidas a estruturas de poder ainda mais organizadas baseadas na ideia de ‘bem comum’, e conduzidas por governos hierarquizados em diversos níveis. O aparecimento de uma classe burocrática auxiliará o poder central, como também tomará para si, em troca de seus serviços, os mesmos ‘direitos sucessórios’ baseados na descendência legítima. Com isso, novas formas de moralidade precisaram ser introduzidas nas sociedades, associadas à questões sexuais, para [tentar] evitar as descendências bastardas.

Nesse contexto de transição política e econômica, a religiosidade pode ser vista como uma reorganização ‘necessária’ da espiritualidade individual natural para uma expressão mais social desta, uma pré-formatação das religiões. Ela representa o estágio intermediário entre a busca pessoal pelo divino e a institucionalização instrumental dessa busca. Na religiosidade, as experiências espirituais começam a ser compartilhadas e interpretadas coletivamente, dando origem

5 Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/>

a rituais, símbolos e narrativas comuns. É uma forma de expressão cultural que permite a construção de uma identidade coletiva e a consolidação de valores e normas religiosas e sociais, representando a fronteira entre a experiência espiritual individual e a necessidade de uma estrutura coletiva que supostamente permitirá essa experiência dentro de uma sociedade cada vez mais complexa e onde a necessidade de modelos de controle são imperativos por diversos motivos, muitos deles acima citados. Estamos a poucos passos da criação das Religiões de fato.

Religião: A ‘Espiritualidade’ Materialmente Intermediada



A Religião é a materialização efetiva da religiosidade, manifestando-se através de instituições oficiais organizadas, com doutrinas codificadas e hierarquias estabelecidas, onde não há espaço para questionamentos de nenhuma ordem. Em um mundo estruturado em grandes Estados, a religião se torna aliada vital e necessária as estruturas de poder na manutenção da ordem social. O preço que se paga é a simplificação das questões relativas a espiritualidade humana, através da metamorfose destas em complexos sistemas de crenças e práticas tributárias, atreladas a uma classe religiosa sacerdotal. Essa institucionalização final da espiritualidade, ou melhor da religiosidade, envolve a criação de doutrinas, rituais e hierarquias que se pretendem mediadoras da relação entre os humanos e o divino sem questionamentos. Apesar de historicamente as religiões desempenharem um papel crucial na formação e manutenção das identidades sociais, essa institucionalização da espiritualidade não pode estar isenta de críticas. Filósofos como *Karl Marx*⁶ e *Michel Foucault*⁷ argumentaram que a religião geralmente é utilizada como instrumento de controle social e manutenção das estruturas de poder político e econômico. E essa função é um papel que a religião cumpre desde que a espiritualidade pura se transmuta em religiosidade e, por fim, se organiza em suas formas finais.

Observe que a Espiritualidade é o maravilhamento pessoal diante do divino. A Religiosidade, uma diminuição gradativa desse sentimento inato diante das demandas necessárias a manutenção de uma existência material mais intrincada. Por fim, a Religião se torna a redução final da Espiritualidade diante do agigantamento das civilizações.

6 **Karl Marx:** Filósofo, economista, sociólogo e revolucionário alemão amplamente reconhecido pelo impacto que suas obras tiveram nas teorias sociais, política, sociologia, filosofia e economia. Seu trabalho maior é uma completa análise do capitalismo, além de suas contundentes críticas às desigualdades sociais. Sua obra mais influente, *O Capital*, explora a dinâmica econômica do capitalismo e a exploração dos trabalhadores pela burguesia que detém o poder econômico. Suas ideias formaram a base para muitos movimentos sociais ao longo do século XX e continuam a influenciar debates sobre economia e política até hoje.

7 **Michel Foucault:** Filósofo, historiador e teórico social francês conhecido por suas análises profundas sobre o poder, o conhecimento e a relação entre os dois, influenciando diversas áreas, como filosofia, sociologia, estudos culturais e teoria política. Explorou como as instituições sociais (como prisões, hospitais e escolas) moldam o comportamento e a identidade dos indivíduos, desafiando a noção de que o conhecimento é neutro, argumentando que ele está sempre ligado a relações de poder. Sua abordagem crítica e sua metodologia única continuam a ser influentes em muitos campos de estudo.

Resumo Comparativo

- **Espiritualidade vs. Religiosidade:** Enquanto a espiritualidade é uma experiência individual e flexível, a religiosidade começa a formar padrões coletivos e culturais que organizam essa busca espiritual em práticas e rituais reconhecíveis.
- **Religiosidade vs. Religião:** Religiosidade é a expressão cultural e prática da espiritualidade, enquanto a religião é a institucionalização dessa expressão. A religião formaliza e sistematiza as práticas espirituais, criando estruturas de poder e doutrinas fixas.
- **Perspectiva Crítica:** A religião vista através de uma lente crítica, geralmente é utilizada como uma ferramenta de controle social, onde as autoridades religiosas exploram a fé e a espiritualidade das massas para manterem sua própria posição de poder e privilégio, normalmente referendados pelas autoridades políticas das diversas instâncias de Estado.

	Espiritualidade	Religiosidade	Religião
Natureza	Individual e subjetiva	Coletiva e cultural	Institucional e organizada
Estrutura	Flexível e pessoal	Organizada em práticas e rituais compartilhados	Hierárquica e dogmática
Práticas	Variadas, não fixas	Rituais e tradições culturais	Rituais fixos, cerimônias regulares
Conexão Divina	Direta e pessoal	Mediada por práticas culturais e comunitárias	Mediada por autoridades religiosas
Críticas	Não aplicável	Potencial para controle cultural	Instrumento de controle, poder e exploração

Críticas e Considerações

Religião como Instrumento de Poder

A principal crítica à religião institucionalizada não deve ser apenas sua capacidade de servir como ferramenta de controle social como também a extrema simplificação em que ela traduz a espiritualidade humana, o que é um elemento inerente ao seu contexto organizacional. Contudo, não podemos trabalhar esses aspectos conjuntamente. A religião, ao se apresentar como intermediária necessária entre o divino e os fiéis, invoca para si um poder o qual NUNCA lhe foi conferido pelo divino, mas atribuído a si mesma pelo próprio humano. Isso foi visto de forma simplificada nas seções acima, quando vimos que o poder político necessitou de um amálgama social, além de uma justificativa poderosa para a manutenção estrutural de um novo tipo de poder político. Para isso, o monopólio sobre o sagrado se fez necessário e foi, como continua sendo, utilizado para justificar e perpetuar hierarquias sociais e desigualdades econômicas profundas como aconteceu nas civilizações antigas e acontece atualmente nas modernas sociedades Capitalistas que, além de mascarar os reais problemas que o mundo enfrenta, seja na questão ambiental associada ao consumo desenfreado e predatório dos recursos naturais, seja na questão ambiental ligada às mudanças climáticas advindas da industrialização, e há nas questões que envolvem conflitos regionais por manutenção de poder e influência geográficas. Por fim, os líderes religiosos ao reivindicarem autoridade divinamente concedida, legitimam esse sistema de dominação e

exploração político e econômico, reforçando a submissão social como necessária. Em troca recebem regalias financeiras vultosas para si e suas instituições.

A Autoridade Religiosa e a Estratificação Social

Como dito anteriormente, as autoridades religiosas se advogam as únicas autorizadas a intermediar a comunicação entre o humano e o divino e com isso, criam uma dependência que pode ser explorada para diversos fins. Esse fenômeno é evidente na relação histórica entre Estado e Religião, refletindo a utilidade desta como ferramenta de controle político-social. Desde as teocracias antigas, como o Egito faraônico onde o faraó era visto como um deus, que Estados utilizam a religião para legitimar suas ações, sendo a aliança entre autoridades religiosas e políticas a característica mais marcante e persistente tanto nessas teocracias, quanto nas alianças contemporâneas entre ‘igrejas’ de qualquer denominação e as nações, servindo de reforço as estruturas de poder existentes, sustentando profunda estratificação social e econômica, favorecendo as classes dominantes que buscam incessantemente utilizar a invocação de Deus, através da religião, como justificativa para a conformidade e a obediência das classes subalternas as suas necessidades políticas e econômicas.

A “Igualdade Jurídica” e o Controle Ideológico

Um dos meios eficazes encontrados pelos Estados para dominação social é a ordenação e regulação jurídica. O ordenamento jurídico do Estado é o sistema de normas (regras ou princípios) que se relacionam de uma forma hierarquizada para organizar as lacunas e antinomias das leis. Tem como ‘pressuposto’ organizar melhor o convívio e a paz social. A realidade, contudo, é que esse princípio disfarça a desigualdade material e o controle ideológico do Estado, sendo ferramenta essencial para a manutenção destas, fundando-se na [falsa] ideia de “*igualdade de todos perante a Lei*”. O forte poder de polícia conferido a burocracia jurídica, além de profundas regalias de toda ordem justificadas ideologicamente, evidenciam isso. Um Estado pode assumir tipos diferentes e, em função dessa tipologia, o conjunto de leis que o regula pode, ou não permitir, liberdade e flexibilidade religiosas. É o caso dos Estados Confessionais e das Teocracias. E mesmo nas ditas democracias, muitas das religiões minoritárias são execradas pela população, embora o ‘discurso oficial’ seja de tolerância e respeito.

Resumindo, o ordenamento jurídico trabalha em comunhão com a religião no controle social. Essa confluência perpetua sistemas de poder que beneficiam as classes dominantes. O preço financeiro a pagar é mínimo para a classe mais favorecida, mas substancial custoso para as demais classes da sociedade: estruturas burocráticas do estado extremamente caras e que consomem grande parte dos recursos arrecadados em impostos, diminuindo consideravelmente os investimentos de uso na efetiva retribuição assistencial do Estado a sua população – a que verdadeiramente paga os tributos ‘legais’ – além da concessão de isenções absurdas as instituições religiosas e suas autoproclamadas ‘autoridades intermediadoras’, aprofundando ainda mais as contradições e divisões sociais, o que exige cada vez mais controle e alienação. Um processo de retroalimentação mútua que parece não ter fim...

Retorno à Espiritualidade Pura – uma Necessidade?



A distinção entre espiritualidade, religiosidade e religião é uma ferramenta fundamental para se entender como a busca natural pelo divino pode ser transformada em um instrumento de controle social. A espiritualidade representa a conexão mais direta e pessoal com o transcendente, enquanto a religiosidade é a expressão social dessa busca. A religião, por sua vez, é a institucionalização dessa expressão, infelizmente muitas vezes explorada para fins de dominação e perpetuação das desigualdades sociais.

Diante da complexa rede de controle ideológico e material, é essencial refletir criticamente sobre o papel da religião na sociedade. A verdadeira espiritualidade não deve ser confundida com a aceitação acrítica e incondicional das instituições religiosas, o que também não significa que modernamente só se possa exercer uma espiritualidade plena fora dessas instituições.

A reflexão profunda sobre esse tema não deve minar a fé no divino, mas sim incentivar um retorno à espiritualidade pura, livre do controle material e ideológico das autoridades religiosas e políticas espúrias. Considere que *existem líderes religiosos sinceros*, capazes sim de potencializar a espiritualidade humana.

É necessário buscar um retorno à espiritualidade plena, mesmo que em religiões institucionais, na busca da transcendência das limitações impostas a este exercício por líderes religiosos que não mirem única e exclusivamente no bem estar espiritual de seus seguidores. A espiritualidade autêntica, mesmo a mediada pelo humano, pode oferecer uma forma de resistência ao controle ideológico, promovendo uma conexão direta e pessoal com o divino, encontrando caminhos para relações mais livres e autênticas de expressão espiritual, constituindo-se em um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a busca pelo transcendente não é instrumentalizada para fins de submissão social sendo, acima de tudo e antes de qualquer outra coisa, uma expressão genuína do espírito e da condição humana – sua libertação material e espiritual!

Peroração

Teologia da Libertação, um caso Emblemático

Na década de 1960, um frade franciscano brasileiro, Frei Leonardo Boff, enuncia uma nova corrente de pensamento teológico a *Teologia da Libertação*. Essa novidade religiosa católica busca integrar a fé cristã com a luta pelos direitos dos pobres e marginalizados. Emergindo em um período

de grande desigualdade social, opressão política e injustiça econômica na América Latina, a Teologia da Libertação se pauta pelos seguintes princípios:

Opção Preferencial pelos Pobres: Boff enfatiza a necessidade de priorizar as vozes e as necessidades dos marginalizados. A luta pela justiça social é uma extensão da prática cristã.

Leitura Crítica da Realidade: Os teólogos da libertação encorajam uma análise crítica das estruturas sociais e econômicas, interpretando a realidade à luz da fé. Isso envolve um compromisso com a história e a realidade dos oprimidos.

Soteriologia⁸ Contextual: Boff propõe uma visão de salvação que vai além da espiritualidade individual, englobando a libertação social e política em vida. A salvação é vista como um processo que inclui a justiça e a dignidade humana.

Ecologia e Espiritualidade: Em suas obras mais recentes, Boff também aborda a questão ecológica, defendendo uma relação harmoniosa entre humanidade e natureza, fundamentada na espiritualidade e na ética de cuidado.

A Teologia da Libertação enfrentou severas críticas, incluindo do Vaticano, que via em algumas interpretações uma aproximação excessiva com ideologias marxistas. Boff, especificamente, foi alvo de censura e teve que se afastar de suas funções acadêmicas. No entanto, ele defendeu que a Teologia da Libertação **não é uma ideologia política, mas uma resposta ética e espiritual às injustiças sociais.**

A resposta da Igreja Católica a Leonardo Boff por seus conceitos teológicos sobre a doutrina Católica com respeito à hierarquia da Igreja, expressos no livro *Igreja, Carisma e Poder*, renderam-lhe um processo junto à *Congregação para a Doutrina da Fé*, sucessora legítima da *Santa Inquisição*, então dirigida pelo então inquisidor Joseph Ratzinger⁹, depois Papa Bento XVI. O documento final desse processo foi assinado pelo próprio Cardeal Ratzinger e conclui que “as opções aqui analisadas de Frei Leonardo Boff são de tal natureza que põem em perigo a sã doutrina da fé, que esta mesma Congregação tem o dever de promover e tutelar”. Em 1985, Boff foi condenado a um ano de “silêncio obsequioso”, perdendo sua cátedra e suas funções editoriais na Igreja Católica. Em 1986, recuperou algumas funções, mas sempre sob observação de seus superiores. Em 1992, ante novo risco de punição, desligou-se da Ordem Franciscana e pediu dispensa do sacerdócio. Sem que esta dispensa lhe fosse concedida, uniu-se à educadora popular e militante dos direitos humanos Márcia Monteiro da Silva Miranda com quem mantinha uma relação amorosa em segredo desde 1981. Boff afirma que nunca deixou a Igreja: “Continuei e continuo dentro da Igreja e fazendo teologia como antes”, deixando de exercer a função de padre dentro da Igreja.

A Teologia da Libertação de Leonardo Boff representou uma tentativa de unir fé e ação social, enfatizando a dignidade dos oprimidos e a necessidade de transformação estrutural. Sua abordagem continua relevante em um mundo cada vez mais marcado por desigualdades econômicas e sociais, exploração, destruição ambiental e instrumentalização ideológica das massas populacionais mais necessitadas.

8 **Soteriologia:** Obra redentora de Jesus Cristo que trata da atuação do Espírito Santo como agente revelador. Parte da teologia que aborda a doutrina da salvação humana.

9 **Joseph Aloisius Ratzinger:** Prefeito da *Congregação para a Doutrina da Fé* entre 1981 e 2005, a antiga *Sagrada Congregação do Santo Ofício*. Destacou-se no combate a Teologia da libertação, considerada por ele inimiga da Igreja e das Escrituras. Sua declaração *Dominus Iesus* no ano jubilar de 2000 irritou muitas igrejas protestantes ao afirmar que não são igrejas, mas “comunidades eclesiais”.